

Um panorama dos Empreendimentos Econômicos Solidários formais do ramo de artesanato do estado da Bahia

A prospect about formal Solidarity Economy Enterprises of the craft sector of the state of Bahia

Resumo

A pesquisa objetivou caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários de Artesanato (EESA) formais do estado da Bahia que se uniram para promover a produção ou produção e comercialização de seus produtos. A metodologia perpassou por uma abordagem quantitativa, partindo da base de dados do segundo mapeamento do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), com um recorte nas organizações formais de artesanato. Os resultados atestam que, os EESA baianos se expressam, em sua maioria como associações, que por sua natureza jurídica não podem comercializar, situação também demonstrada pela baixa viabilidade econômica dessas organizações. Em paralelo a isso, os obstáculos de atuação no mercado estão ligadas à gestão, materializada pela baixa participação em rede, dificuldade de acesso ao crédito e da atuação em coletividade, esse último, princípio que fundamenta a existência das organizações coletivas.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários; Artesanato; SIES; Associações e cooperativas

Abstract

The objective of this research was to characterize the formal Solidarity Economy Enterprises of Craft Sector (Empreendimentos Econômicos Solidários de Artesanato – EESA) of the state of Bahia which got together to produce or produce and commercialize their products. The methodology was based on an analysis of quantitative perspective, taking into account data from the second mapping of the Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) database, selecting formal organization from craft sector. The results points that the EESA from Bahia are mostly associations, which by law, cannot realize commercial operations, this situation also demonstrate the economic unfeasibility of these organizations. The obstacles to commercialization are connected to management, and materialized by the low participation on marketing networks, difficulty to access credit and to act collectively, the last, is the main fundament of the existence of collective organizations.

Keywords: Solidarity Economy Enterprises; Craft; SIES; Formal organizations

Recebido: 11/12/2017 Aceito: 28/03/2018

Mônica de Almeida Santos¹, Daciane de Oliveira Silva²

¹ Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – moni.asantos@hotmail.com

² Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – dacianeoliveira@ufrb.edu.br

1 Introdução

A forma mais popular de compreender o conceito de artesanato é entendê-lo como um trabalho manual (podendo usar, ou não, máquina para acabamentos), único e muitas vezes sustentável. A depender da produção, alguns materiais são recicláveis, com isso, nenhuma peça fica igual à outra, cada uma tem um diferencial que, às vezes, pode nem ser percebido por quem não é artesão. As peças possuem valor simbólico e econômico, transformam a matéria prima em objetos variados conforme a cultura, desejos ou necessidade do mercado.

Considerado como atividade econômica, o artesanato tem grande representatividade para as populações de municípios localizados no interior do Brasil, surgiu como forma de fugir do desemprego ou da baixa remuneração como complementação de renda ou renda principal. De acordo com dados da pesquisa do IBGE (2016) apenas 40% da população acima de 16 anos possuem trabalho formal e recebem em torno de R\$ 773,00 (setecentos e setenta e três reais). Esses elementos corroboram com a aderência ao artesanato, já que 60% da população não possui trabalho formal, sugere-se que majoritariamente buscam formas diversas de sobrevivência.

De modo geral, o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vem criando políticas de fomento para o artesanato. Uma das que funcionam até os dias atuais é denominada de Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) que objetiva facilitar o acesso às políticas públicas e a valorização dessa atividade. Diante disso, destaca-se também o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) criada durante o segundo mandato do governo Lula em 2003, que percebendo a importância dos empreendimentos econômicos solidários (EES) como alternativa de renda criou algumas medidas para apoiar dentre várias categorias sociais, os artesãos.

Como uma forma de sistematizar e subsidiar as políticas públicas ligadas aos empreendimentos de economia solidária do Brasil, a SENAES criou o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES) a partir de dois mapeamentos, sendo o último, realizado entre 2010-2013, foco da presente pesquisa. Em 2015, foi sancionada a Lei 13.180 que regulamenta a profissão de artesão e que prevê o beneficiamento de dez milhões de profissionais.

A Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil) em 2015 informa que, no Brasil existem cerca de nove milhões de profissionais artesãos. Desse total, são consideradas as formas coletivas e individuais, sejam elas registradas ou não. Conforme os dados da base SIES, que mapeia a quantidade de EES no Brasil, 3.534 do ramo artesanal, 115 localizam-se no Estado da Bahia e destes, 36 tem como atividade econômica principal a produção ou produção e comercialização e se organizam por meio de associações e cooperativas. Portanto, com base nessas informações iniciais e tendo em vista a relevância da atividade econômica produção e comercialização, realizamos um estudo acerca do segundo mapeamento com o propósito de caracterizar os empreendimentos econômicos solidários de artesanato formais baianos que se uniram para desenvolver como atividade econômica principal a produção ou produção e comercialização de seus produtos conforme a base SIES.

O presente artigo encontra-se estruturado em seis capítulos, além das referências. O primeiro capítulo descreve a introdução. No segundo uma breve história do artesanato e alguns conceitos baseados em diversos autores. No terceiro, abordamos de forma geral, a história da economia solidária, dos empreendimentos econômicos solidários e o artesanato nesses empreendimentos. No quarto capítulo relatamos os processos metodológicos. No quinto, explicitamos a análise e discussão dos dados caracterizando os empreendimentos econômicos solidários de artesanato no estado da Bahia e suas estratégias de produção ou produção e comercialização e, por último, fechamos com as considerações finais.

2 Artesanato: um breve histórico

Leitão (2005) argumenta que os registros a respeito do artesanato não descrevem uma data de início. A criatividade produtiva surgiu junto com os primeiros homens existentes na terra, que criaram os produtos artesanais para seu uso rotineiro. Desta forma, não há uma explicação concreta, mas sabe-se que os homens pré-históricos improvisavam e criavam suas próprias ferramentas, roupas e objetos com madeiras, folhas, pedras, barro e outros, como forma de suprir a falta de utensílios domésticos e vestimentas. No século XI, quando o sistema feudal entrou em crise, a produção artesanal também foi afetada, porque o sistema capitalista entrou em cena o que propiciou que

esses camponeses artesãos perdessem os seus meios de produção, porque o comerciante “[...] se apropria desses meios de produção e se torna o capitalista, passando a exercer todo o controle do processo produtivo” (DANTAS et al, 2009, p.03). Complementando essa visão, Gaiger (2003) defende que essa separação fez com que os antigos donos dos meios de produção passassem a produzir visando apenas o mercado, trocando sua força de trabalho por um salário e se tornando um mero trabalhador carente de opinião. Como consequência, durante muitos anos, o artesanato deixou de ser uma peça única e de procedência individual. O artesão foi obrigado a ensinar e dividir as tarefas com os funcionários da indústria, deixando de lado a essência artesanal transformando-a em mera produção industrial.

Pochmann (2004) revela que entre as décadas de 30 a 80 o capitalismo tinha como objetivo aumentar o número de trabalhadores registrados e diminuir os trabalhadores por conta própria. A partir dos anos 80, a estrutura começou a mudar e trouxe à tona um mercado menos estruturado, com mais trabalhos por conta própria decorrente do aumento do desemprego. Essa situação resultante da crise financeira existente neste período, que fez com que a classe dominante procurasse meios de valorizar o capital por conta da inflação elevada, acarretando nas “[...] reduções de operações comerciais, [...] redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado dos trabalhadores” (MOTA, 2009, p. 03).

Seguindo essa mesma perspectiva, Campos (2005) completa que, a partir dos anos 90, o trabalho informal passa a ser uma possibilidade ao desemprego, ao entender que muitas pessoas saíram de suas cidades do interior em busca de novas opções na cidade grande para se inserirem ao mercado e acabaram se deparando com a grande escassez de emprego, sendo induzidos a procurar uma forma de sobreviver, gerando assim o aumento da informalidade.

Além dessas questões, Fernandes (2008) discorre que existe uma minoria de pessoas que escolhem o artesanato como alternativa para fugir da submissão dos empregadores e ter liberdade de definir seus próprios horários, mesmo sabendo que perderão seus direitos trabalhistas. A autora informa que os artesãos só não têm suas garantias trabalhistas e continuam sendo trabalhadores informais por conta da

“[...] falta de uma legislação que regulamente e que reconheça o artesão como uma profissão” (p. 68).

De acordo Souza (1991) a expansão do artesanato na região Nordeste seria por meio das cooperativas artesanais, e continuamente promovidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1960. Mas, observou-se que essa iniciativa ficou apenas no papel. Já na década de 70, quando a estrutura econômica começou a dar sinais de mudança, o Governo Federal criou um Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), que objetivava coordenar a produção e comercialização do artesanato brasileiro, incentivando assim, as atividades informais. Esse Programa revogou por Decreto s/nº em 1991 e substituído pelo Programa Brasileiro do Artesanato (PAB) no ano de 1995.

Nessa conjuntura, o PAB foi criado com intuito de ajudar os artesãos a terem acesso às políticas públicas que beneficiavam a inserção dos produtos no mercado, por meio de participações em feiras e eventos nacionais, promovendo os produtos e a valorização da atividade informal. Esse Programa funciona até os dias atuais, por meio do Núcleo de Apoio ao Artesanato, da Secretaria de Competitividade e Gestão (SECOMP) e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR) e “[...] conta com a colaboração de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, de entidades privadas e de representação do setor” (SOUZA, 1991; BRASIL, 2015).

Desde 1987 que a Confederação Nacional dos Artesãos vem lutando em busca de melhorias. Após anos de espera, o Governo Federal, no ano de 2015, sancionou a Lei 13.180 que regulamenta a profissão e declara que “o artesão será identificado pela Carteira Nacional do Artesão, válida em todo o território nacional por, no mínimo, um ano, a qual somente será renovada com a comprovação das contribuições sociais vertidas para a Previdência Social [...]”. Entretanto, os pequenos artesãos não ficaram satisfeitos com essa Lei, haja vista que os obrigam a pagar a previdência para que continuem recebendo os benefícios que a carteira de artesão disponibiliza. Conforme dados do próprio governo, essa Lei beneficiará “[...] cerca de dez milhões de artesãos brasileiros” (BRASIL, 2015; LAUNE, 2015).

2.1 Artesanato: alguns conceitos

O artesanato é uma forma de atividade informal que se expressa de acordo com a cultura e crença da região, pela criatividade e talento de cada indivíduo considerando às tendências do mercado. A área produtiva artesanal é bem variada, utiliza-se de materiais e técnicas diversas, gerando uma produção exclusiva para todos os gostos e observa-se que nos tempos atuais “[...] o artesanato existe como empresa formalizada, em outros, subsiste no âmbito da informalidade” (DANTAS et al, 2009, p.03).

A atividade artesanal possui uma grande expressividade para as populações de municípios localizados no interior do Brasil. Em sua tese, Souza (1991) traz que os primeiros estados a pesquisar e perceber que o artesanato serviria como uma atividade que geraria fonte de renda foram os estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Portanto, passou a ser visto como estratégia de sobrevivência ou, na maioria das vezes, como complementação de renda “[...] aumentando modalidades de trabalho no setor informal como trabalho autônomo, contratos temporários e trabalhos por projetos” (RAMIREZ; CAETANO, 2014, p.980). Diante dessa constatação, Cunha e Vieira (2009, p. 259) destacam que “na Região Nordeste, isso se torna marcante, dada a escassez de oportunidades de trabalho na área industrial e a dureza das condições climáticas, que dificultam o desenvolvimento da agricultura”.

Segundo Souza (1991) e Keller (2011) não existe uma definição exata do que é artesanato, haja vista que diversos autores não conseguiram discernir o que predomina, se é a cultura regional, individual ou a atividade socioeconômica. Vainsencher (2003, p.01) traz a visão de um produto sem padronização e por isso, são produzidos em pequena quantidade.

[...] a característica de artesanal não recai sobre o produto, porém sobre o sistema específico através do qual o produto é elaborado, vinculando-se à necessidade que o ser humano possui de individualização, de não padronização, bem como precisa ser produzido na casa do próprio artesão ou em alguma cooperativa, englobar um número reduzido de peças, ser proveniente de concepção e execução individual, familiar ou grupal, e ter sido elaborado sob o regime de não assalariamento.

Cunha e Vieira (2009) complementam que o trabalho artesanal não necessita de uma aprendizagem especificamente rigorosa, compreendem que a ideia parte da criatividade de cada indivíduo com base nas

observações do mercado. É relevante ressaltar que o produto artesanal é diferenciado por meio de uma linguagem econômica e com um valor agregado (KELLER, 2011).

Para além da visão do artesanato como atividade meramente econômica, Santos (2012, p.49) traz como pano de fundo a valorização do trabalho do artesão.

O artesão é dono do saber e centro do processo de produção e não um simples apêndice de uma máquina. Só ele pode iniciar e concluir o processo e ainda detém o conhecimento sobre a compra, os tipos e a qualidade das matérias-primas, além de, comumente, comercializar o produto final gerado.

De acordo com Lima (2005) e Keller (2011, p.33) a sobrevivência do grupo de artesãos no mercado depende da atuação em relação às mudanças que acontecem, sempre pensando na melhoria do produto, mas sem perder a essência da origem. O artesanato não é uma atividade contínua e é preciso identificar cada etapa de criação “[...] e de produção que integram a cadeia do produto artesanal, desde o *design*, passando pela manufatura até a comercialização, o *marketing* e o consumo”.

Portanto, nota-se que a atividade artesanal é caracterizada pelo trabalho manual, delicado, único, sustentável e muitas vezes de gosto pessoal. Possui valor simbólico e econômico, transforma a matéria-prima em objetos conforme a cultura, desejos e necessidade do mercado, não deixando de lado a função utilitária, lúdica, decorativa ou religiosa.

3 Economia Solidária

Quando a instabilidade financeira mais uma vez tomou conta das empresas capitalistas, a economia solidária voltou com mais força em diversos países, aumentando a luta pela autogestão e repudiando o trabalho assalariado (SINGER, 2002). Nesse contexto, Fonseca et al (2012) argumentam que em decorrência das crises do sistema capitalista, começou a surgir novos tipos de organizações que lutaram por propósitos em comum e melhoria de vida, com base nos sistemas de produção coletivo e manual.

Deste modo, a economia solidária passa a ser o meio de renovar as esperanças, criando novas formas de emprego, sem a necessidade de seguir as regras empresariais e sem o assalariamento capitalista. “Os sindicatos também começaram a apoiar os trabalhadores de empresas que se encontravam em processo falimentar, assim os mesmos assumiam a

gestão compartilhada dessas empresas” (ORIENTE, 2017, p.10). Segundo Gaiger (2013, p.214) “na última década, a economia solidária suscitou muitas iniciativas com o fito de promovê-la como um instrumento de geração de renda e de coesão social. Ela se converteu em objeto tanto de políticas públicas específicas quanto de programas transversais”. Complementando essa visão, França Filho e Laville (2004, p.149) afirmam que, além de gerar renda, a economia solidária tem outro papel:

A [...] economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais [...] que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar as problemáticas locais [...], gerando [...] novas formas de trabalho e de geração de renda [...] no Brasil.

Além disso, temos como destaque de política pública no Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) sob o comando de Paul Singer, criada no ano de 2003 durante o governo Lula (SILVA, 2015). A SENAES funcionou em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além de contar com diversos participantes do movimento solidário localizados em diversas partes do país e também fora dele, há mais de 10 anos e teve como objetivo “[...] ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas” (SINGER, 2014, p.90).

Ainda segundo Singer, a SENAES aumentou a escala de movimentos relacionados à economia solidária e com tamanha repercussão, passou a combater as falsas cooperativas que sujavam a imagem do movimento, ao avaliar que nessas não existiam autogestão, os membros eram comandados pelo contratante, e se submetiam a tal equívoco para não ficarem desempregados. Em virtude disso, a SENAES criou “[...] o mapeamento periódico dos empreendimentos de economia solidária (EES), [...]” com base no “[...] Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES)” com o objetivo de mapear a quantidade dessas organizações coletivas existentes no Brasil, tendo como resposta a existência, no ano de 2007, de 21.859 EES (SINGER, 2014, p.91). Em 2011, “[...] a secretaria promoveu a formação de redes de comercialização e de finanças solidárias tendo por objetivos garantir aos EES o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e

possibilidades” (SINGER, 2014, p.92). Esses dados mostram o fortalecimento da economia solidária e novos horizontes para políticas públicas.

Infelizmente a Senaes foi extinta em novembro 2016 pelo governo Michel Temer, gestão que não coaduna com o movimento da Economia Solidária, isto porque infelizmente esse movimento é uma política de governo. Para evitar que isso aconteça, os movimentos sociais e a sociedade civil estão lutando para transformar a Economia Solidária em uma política de Estado por meio do Projeto de Lei 4.685/2012 sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e outras providências. Essa tramitação está acontecendo com a intermediação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa (FESEC) que conseguiu a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no dia 31 de agosto de 2017. Atualmente aguarda aprovação pelo Senado Federal (FBES, 2017).

3.1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): uma breve análise

Os Empreendimentos de Economia Solidária são considerados como toda e qualquer forma associativa que desenvolva a produção, venda e compra e considere as opiniões e participação de todos os membros de forma democrática. A junção dessas pessoas que se unem para atingir objetivos de cunho social, político e econômico pode ser expressa por vários tipos de organização. Esses EES podem ser especificados como sociedade mercantil, associações, cooperativas ou grupos informais de diversas áreas (BAHIA, s.d.).

De início, pode-se deixar claro que “para considerar a organização como empreendimento de economia solidária, não se leva em conta a sua forma de constituição, mas sim o respeito aos princípios¹ e práticas da economia solidária” (DIAS, 2011, p.126). Para Betanho, Melo e Fernandes (2011, p.03) “os princípios da economia solidária e as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários constituem-se no caminho mais provável para se chegar a um modelo sustentável e chegar aos mercados”. É com base nesses elementos que as

¹ Os princípios da economia solidária são: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber

local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente (FBES, 2007).

organizações solidárias se diferenciam das empresas capitalistas.

Diante da relevância para a sustentabilidade do empreendimento abordaremos a autogestão. Esse princípio é definido como uma manifestação da atividade produtiva autônoma, na qual todos os envolvidos possuem capacidade de administrar seu empreendimento sem subordinação de terceiros, via reintegração de laços solidários, com o foco na participação ativa dos sócios. Desta forma, o desempenho e a responsabilidade se tornam maior em relação à produção, dirigindo seu próprio tempo para poder alcançar um bem-estar coletivo (GABRIEL et al, 2012; BENINI et.al, 2009).

Para além da visão enquanto processo decisório, Nascimento (2000) discorre que “[...] a autogestão refere-se à questão do controle e gestão do processo e da organização do trabalho”. Destarte, “[...] não se opera apenas a nível da produção, mas no conjunto da vida social”. (NASCIMENTO, 2000, p. 17). Assim “diz respeito à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores, à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo de trabalho” (NASCIMENTO, 2000, p.18). Com isso, ele conclui que mesmo os trabalhadores gerindo seu próprio empreendimento, determinando seus horários e controlando as suas atividades, é necessário separar a gestão do estabelecimento e o amparo aos interesses individuais e/ou coletivos, situação que em tese, mostra com clareza a necessidade de atuação dos sócios nas atividades administrativas e o conhecimento de informações gerenciais, dois enormes desafios para as organizações autogestionárias.

Para além da autogestão, França Filho e Laville (2004) definiram cinco parâmetros para distinguir os empreendimentos solidários do modo de produção capitalista, são eles: 1. Pluralidade de princípios econômicos: evidencia que todo empreendimento necessita de recursos para conseguir se manter ativo e estes recursos podem vir de fontes diversas, a saber: a) venda dos produtos e serviços; b) organizações públicas governamentais ou não governamentais e c) doações ou trabalhos voluntários. 2. Autonomia institucional: significa que os empreendimentos não possuem subordinação, ou seja, são independentes e controlam sua gestão sem interferência de terceiros, mas não excluem uma parceria que coopere e não interfira nessa autonomia. 3. Democratização dos processos decisórios: todos os associados precisam e devem participar ativamente das decisões, já que o

empreendimento é gerido por todos que fazem parte. 4. Sociabilidade comunitário-pública: não convivem com as relações impessoais, como ocorre em empresas privadas. As organizações coletivas pautam suas relações por meio da combinação de padrões comunitários com práticas profissionais. 5. Finalidade multidimensional: os empreendimentos não ficam centralizados apenas com questões na parte interna, também se preocupam com os problemas ao redor da comunidade onde estão localizados, “[...] ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público” (p.169). Segundo Culti (2014), os EES normalmente são formados por trabalhadores pobres que buscam complemento de renda, autônomos, desempregados ou pessoas que estão no mercado informal. No entanto, nos tempos atuais, podemos perceber a existência de diversos tipos de trabalhadores, incluindo classe média, optando por fazer parte desses empreendimentos por conta das constantes crises econômicas que os deixam com receio do desemprego. “Outros motivos também mobilizam as pessoas para essa forma de trabalho. Além da necessidade, pode ser igualmente uma escolha por outra relação que vai ao encontro de suas crenças, valores, práticas ou maneira de ver e lidar com a vida produtiva e social” (p.5). Na atualidade, observa-se que:

[...] nos empreendimentos econômicos solidários existem trabalhadores que se manifestam contra a idéia de retornar ao emprego formal; outros nunca foram empregados assalariados e, sim, autônomos por escolha, seja ou não do mercado informal de trabalho; existem ainda aqueles que retornariam ao emprego formal, caso tivessem essa possibilidade (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.18).

De acordo com Gallo (2004), os EES servem como alternativa para produção, gerando trabalho e renda para as pessoas que resolveram fazer parte do sistema solidário. “É por meio da associação de pessoas que os homens buscam solucionar os problemas individuais e coletivos. Nesse sentido, surge a união de forma cooperada, pois perceberam que unidos poderiam obter melhores resultados” (MEDEIROS, 2011, p.43). Nesse contexto, percebe-se que quando os indivíduos resolvem se organizar como associação ou cooperativa, estão construindo uma possibilidade de ter acesso a melhores condições de vida, materializadas pelo trabalho coletivo, tomam suas próprias decisões sem subordinação de patrões e/ou gerentes/coordenadores, fazem seus próprios horários,

definem suas produções conforme a demanda e podem conseguir benefícios por instituições financeiras e governamentais que individualmente não conseguiriam. Gallo (2003, p.231) afirma que “as vantagens da cooperação aparecem, não só na coesão e no sentimento de pertencer a um grupo, mas quando as negociações com fornecedores e compradores são necessárias e facilitadas pelo fato de as pessoas estarem organizadas em grupo e obterem ganhos de escala”. Assim essas benesses, características do princípio autogestionário da economia solidária são capazes segundo Schmidt (2013) de promover uma transformação sistêmica na sociedade.

3.1.1 O artesanato nos Empreendimentos Econômicos Solidários

Os empreendimentos solidários têm como finalidade a inclusão social dos artesãos que vivem no trabalho informal e no mercado competitivo, tornando-se alternativas sociais, culturais e econômicas para essas pessoas. Estas organizações surgem como oportunidade de inclusão social no sistema capitalista marcado por uma parcela considerável de pessoas vivendo de forma precária. Com o vínculo nas cooperativas esses artesãos possuem maior facilidade em comercializar seus produtos, acessar linhas de crédito e parcerias para se especializar nas áreas de interesse, inclusive com instituições que fomentam a formação de empreendimentos solidários.

Conforme o capítulo 2 da Lei 10.406/2002 que dispõe sobre o associativismo e a Lei do cooperativismo (5.764/1971) a gestão nas formas organizativas é operacionalizada por meio do princípio da autogestão, na qual toda e qualquer decisão é tomada de forma democrática e participativa, por meio de assembleias, nas quais todos têm o direito ao voto. É na assembleia que se define o quadro administrativo (no caso da associação deve ter uma quantidade mínima de dirigentes, enquanto a cooperativa deve conter uma estrutura mais complexa), as regras, duração, objetivos, direitos e deveres dos associados que constará no estatuto social de cada EES (MELO, s.d.). O Estatuto é como uma Lei interna do empreendimento e todos os membros devem cumprir o que nele for estabelecido (BAPTISTA; VALLE, 2002). Os sócios não se responsabilizam pelas obrigações dos empreendimentos, exceto em casos da diretoria agir de forma individual ou, no caso das cooperativas, algo que alcance o limite das quotas-

partes ou que esteja definida em estatuto a responsabilidade ilimitada (MUNÕZ, 2012).

Cunha (2012, p.52) defende que “o objetivo essencial de uma cooperativa na área do artesanato é a busca de maior eficiência na produção com ganho de qualidade e de competitividade em virtude do ganho de escala, pela otimização dos processos”. Do mesmo modo, Souza (1991) lembra que a cooperativa faz parte do ramo de produção e toda criação é feita pelos associados e destinada à venda para consumidores que não fazem parte do empreendimento e por isso, apesar de não visar o lucro, faz parte do mercado competitivo das empresas.

Assim como em uma empresa capitalista, uma cooperativa de artesanato que produz e comercializa seus produtos, deve conhecer seus consumidores e o mercado de destino de sua produção, além de estar apta a concorrência que existe. Sobre esse último, segundo Souza (1991, p.76) “[...] qualquer organização produtiva [...] sem fins lucrativos necessita considerar esse elemento. [...] porque estamos num sistema capitalista onde esse fator atua no mercado e a organização que não o levar em consideração está fadada ao fracasso”. Singer (2006) concorda com essa postura completando essa análise ao discorrer que apesar dos EES não estarem subordinados a relação assalariada, portanto praticam a autogestão, mas são obrigados a concorrer com empresas capitalistas e por isso, devem se qualificar para a competição.

Ainda segundo Souza (1991), uma forma de tornar o produto competitivo é trabalhar pensando na criatividade e qualidade, estratégias que não demandariam mais recursos.

As associações e cooperativas possuem uma grande importância para a comercialização dos produtos artesanais, ajudam os produtores a serem inseridos no mercado, além de capacitarem seus associados por meio de cursos disponibilizados por instituições parceiras e assistência técnica oriunda de organizações que realizam esse serviço.

4 Processos metodológicos

Uma das estratégias utilizadas pela SENAES para fortalecimento dos EES partiu do mapeamento desses empreendimentos e a partir dessa rica fonte de informações, buscou pressionar o Estado para elaboração de políticas públicas direcionadas a realidade de cada categoria social (agricultores familiares, artesãos, artistas, assentados catadores, assentados e outros) e que desenvolvem diferentes

atividades econômicas (produção, comercialização ou organização da comercialização, troca de produtos ou serviços, poupança, crédito ou finanças solidárias, consumo, prestação de serviço e o uso de infraestrutura). Assim, foi criado o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), uma base de dados, fruto de uma exaustiva pesquisa de campo realizada em dois momentos, nomeados como mapeamentos.

O SIES inicialmente materializado por um formulário que abriga 171 questões que aborda informações relevantes dessas organizações divididas em seções com blocos de perguntas que descrevem os aspectos gerais, a caracterização dos sócios, situação de trabalho dos sócios, investimentos e acesso a créditos e apoios e a gestão dos empreendimentos.

A presente pesquisa partiu da base SIES, mais especificamente o segundo mapeamento, realizado no período de 2010 a 2013 o que totalizou 19.708 organizações distribuídas nas cinco regiões brasileiras, nas formas de grupos informais, cooperativas, associações e sociedade mercantil.

Uma das autoras do presente artigo prestou assessoria a vários empreendimentos de artesanato na Bahia e percebeu a relevância dessa atividade econômica para a economia solidária. Nesse contexto, utilizamos os dados secundários da base SIES e por meio do software SPSS resolvemos caracterizar as organizações coletivas formais (cooperativas e associações) do estado da Bahia que totalizaram 36 empreendimentos que na forma de organização coletiva se uniram para desenvolver como atividade econômica principal a produção ou a produção e comercialização de seus produtos.

Por meio do SPSS, cruzamos as variáveis referentes a uma caracterização geral que abordam questões a respeito da área de atuação do empreendimento, acesso a computador e internet, a existência de beneficiários do Bolsa Família, o acesso à assessoria, a origem dos recursos para iniciar as atividades e a motivação para a criação da organização coletiva.

Em relação às estratégias utilizadas pelos empreendimentos manuseamos às variáveis que versam o destino da produção; direcionamento e local da comercialização dessa produção; participação em redes; acesso a crédito e dificuldades para comercialização. Com base nessas variáveis e em casos específicos realizamos o cruzamento com tipo de organização coletiva (associação e cooperativa)

objetivando compreender como as diversas variáveis se expressam entre essas formas de organização.

E por fim, promovemos a análise dos dados a partir de elementos da pesquisa quantitativa materializada pela base SIES e posteriormente empregamos uma abordagem qualitativa que em sua maioria, limitou-se às informações dispostas no instrumento. Isto porque como trata-se de uma base secundária, não fomos a campo para validar os resultados. Por esse motivo, essa análise não pode ser extrapolada, o que nos obrigou a trazê-las como sugestões e suposições. Em alguns casos, conseguimos corroborar esses efeitos com argumentos de autores da área e de órgãos oficiais, conforme defendido por Soriano (2004) que desvela a importância das descobertas na pesquisa com outros conhecimentos disponíveis utilizados ao propormos o problema e pelo marco teórico e conceitual.

5 Análise e discussão dos dados

Com a finalidade de identificar e acompanhar a evolução do trabalho e renda nos EES do Brasil, a SENAES – juntamente com o FBES - desenvolveu a base de dados SIES. No entanto, para alimentar essa base foram realizados dois mapeamentos: o primeiro ocorreu no período de 2005 a 2007 e outro no período de 2010 a 2013. Com base nisso, para esta pesquisa utilizamos os dados mais recentes referentes ao segundo mapeamento.

Assim, este capítulo objetiva analisar as informações de 36 empreendimentos formais (associações e cooperativas) do ramo artesanal que possuem como atividade econômica principal a produção ou produção e comercialização. Para desvelarmos a condição dessas organizações, promovemos uma breve caracterização geral dos EES de artesanato do Estado da Bahia e em seguida, abordamos esses dados quantitativos para compreender quais as estratégias de produção ou produção e comercialização utilizadas por esses empreendimentos.

5.1 Uma sucinta caracterização geral dos EES de artesanato do estado da Bahia

De acordo com dados do Atlas Digital do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES do ano de 2013, existem cerca de 115 Empreendimentos Econômicos Solidários de

Artesanato (EESA) no Estado da Bahia. Como essa pesquisa explora a atividade econômica principal a produção ou produção e comercialização das organizações solidárias, nas formas associativas – associações e cooperativas, identificamos que apenas 36 empreendimentos que abarcam 1.068 membros, se enquadram nesse recorte, ou seja, 31,3% do total de organizações coletivas no estado. Desse modo, observamos que desse percentual, existem mais empreendimentos associativos do que cooperativos - 91,7% e 8,3% - respectivamente, fato que não destoa da realidade dos demais empreendimentos de outros ramos.

Destarte, essa desproporcionalidade nas formas de organizações formais apresenta indícios de que existe dificuldade, por parte dos associados, em entender a diferença entre as finalidades de cada organização. Diferentemente das cooperativas, as associações não podem exercer atividade econômica, mas por serem formas jurídicas facilmente constituídas, com baixo custo de manutenção e número mínimo de membros para formação, torna-se a melhor escolha para a maioria dos grupos. O IPEA (2016, p.21) corrobora dizendo que “[...] o excesso de procedimentos burocráticos previstos em lei para a formalização de cooperativas no Brasil [...] fazem com que muitos coletivos de trabalhadores não se sintam motivados a despendar tempo e recursos adicionais para realizar a formalização [...]”. Entre outros fatores, também podemos supor que essa diferença ocorre devido à falta de uma educação com base nos preceitos cooperativista, pois os associados não possuem a real consciência do trabalho em coletividade, já que ainda estão acostumados a serem subordinados e não gostam de assumir responsabilidades em cargos de lideranças. O IPEA (2016, p.21) ainda caracteriza que “esse resultado demonstra um considerável grau de fragilidade institucional dos empreendimentos [...]”, ao verificarmos que a cooperativa é “[...] a mais recomendada institucionalmente para o exercício social de uma atividade econômica coletiva”.

Para um melhor entendimento sobre o perfil desses empreendimentos de artesanatos baianos, fizemos um levantamento a respeito da disponibilidade de acesso ao computador e a internet e identificamos que 75% dos EESA tem acesso ao computador e 69,4% tem acesso à internet. Com base nesse percentual, destacamos a divisão por área de atuação e observamos que o acesso ao computador e a internet são mais frequentes na área urbana com 55,6% e 60%

respectivamente. Essa questão mostra que a gestão ainda precisa evoluir, pois são ferramentas tecnológicas essenciais para manter o empreendimento atualizado com as mudanças do mercado e em contato com seus clientes.

Tabela 1 – Área de atuação x Acesso a computador e internet

Área de atuação	Acesso a Computador	Acesso a Internet
Rural	29,6%	28%
Urbana	55,6%	60%
Ambos	14,8%	12%
Total	100%	100%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Outra forma de caracterizar estas organizações coletivas refere-se à análise da variável que escrutina a participação dos associados em Programas de Transferência de Renda ou benefícios de assistência social. Identificou-se que 63,9% são beneficiários do Programa Bolsa Família, benefício social para cidadãos que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza.

Para entendermos onde estão distribuídos os empreendimentos que possuem beneficiários do Programa Bolsa Família, fizemos um cruzamento com a área de atuação, o que não significa que são moradores do meio rural ou urbano, mas a atuação do empreendimento enquanto atividade econômica. Com o cruzamento percebemos que a área urbana tem menor abrangência de beneficiários (39,1%), quando comparado ao meio rural (43,5%). Deste modo, nota-se que, os artesões atuantes no meio rural ainda possuem dificuldades em manter um nível satisfatório de qualidade de vida e, portanto, são considerados mais empobrecidos.

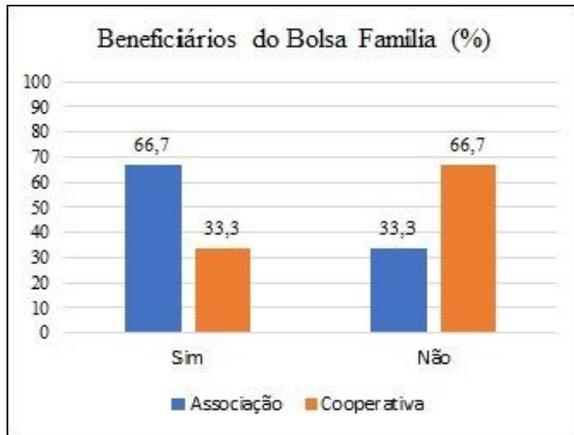
Tabela 2 – Área de atuação x beneficiários do Programa Bolsa Família

Área de atuação	Beneficiários
Rural	43,5%
Urbana	39,1%
Ambos	17,4%
Total	100%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Para termos uma visão mais aprofundada a respeito de quem são os beneficiários do bolsa família realizamos um cruzamento com o tipo de organização coletiva- cooperativa e associação, expressos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Beneficiários do Bolsa Família



Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

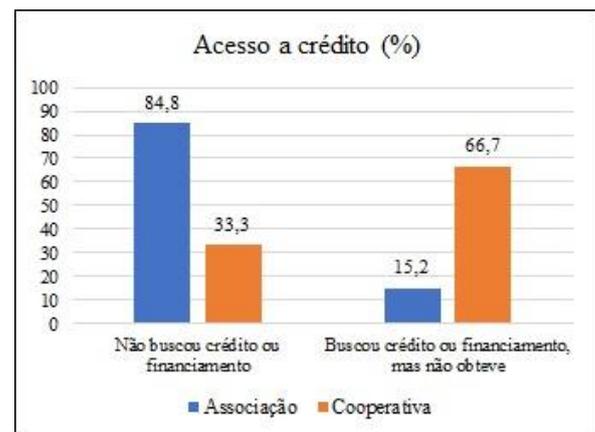
O presente resultado referente aos beneficiários do bolsa família mostra que os sócios das associações (66,7%) são mais fragilizados economicamente quando comparados aos membros das cooperativas (33,3%).

Compreender a origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos coletivos, também traz um panorama do artesanato. Os dados mostram que 80,6% dos recursos foram oriundos dos próprios sócios; 25% de doações de organismos internacionais ou não governamentais; 11,1% de recursos públicos não reembolsáveis; 2,8% de empréstimos e/ou financiamentos e outros 2,8% doações de pessoas físicas ou empresas. Essa resposta corrobora com a literatura defendida por Ferreira (2005) que afirma que o obstáculo para capitalização dos empreendimentos associativos está associado a natureza da sociedade de pessoas e não de capital, fato que os impedem de utilizarem as formas convencionais de captação de crédito e os tornam dependentes de políticas governamentais.

Fazendo um comparativo nos dados anteriores sobre Programa de Transferência de Renda (63,9%) e o alto percentual de recursos próprios (80,6%), supõe-se que, devido à situação de pobreza, os empreendimentos não possuem reservas para necessidades/compromissos futuros, ponto que influencia na sustentabilidade econômica da

organização. Do mesmo modo que, apesar de existir linhas de crédito acessíveis para empreendimentos formais do ramo empresarial, prevalece o baixo percentual de empréstimos e/ou financiamentos para organizações coletivas que por serem sociedades de pessoas apresentam mais dificuldade para obter financiamento. Os dados da base SIES corroboram essa situação ao realizarmos essa distinção por tipo de organização coletiva. No caso das cooperativas, conforme dados do Gráfico 2 tendem a ser mais estruturadas e como legalmente desenvolvem atividade econômica se ariscam em buscar financiamento, mas infelizmente, os dados mostram a dificuldade para obtê-lo. Analogamente, as associações não buscam, pois como não tem finalidade econômica, tem receio de se endividar e portanto, não apresentar condições financeiras para honrar o compromisso.

Gráfico 2 – Acesso a crédito

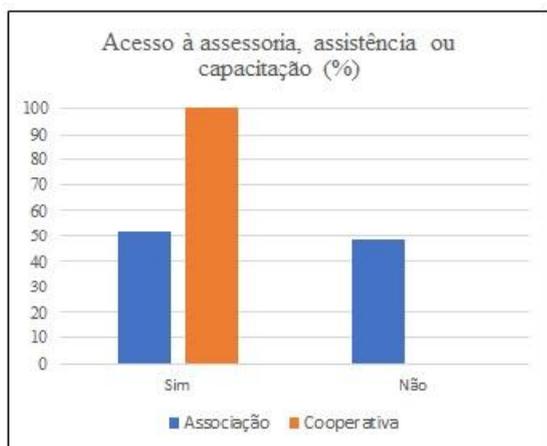


Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Em relação à variável que trata do acesso a assessoria, assistência ou capacitação, verificamos que 55,6% dos EESA tiveram algum desses acompanhamentos, com destaque para: qualificação profissional/técnica/gerencial (65%); assistência técnica e/ou gerencial (60%); formação de autogestão, cooperativismo, economia solidária (30%) e assessoria em marketing e comercialização de produtos e serviços (20%). O IPEA (2016) alega que qualquer tipo é bem-vindo para os empreendimentos, serve como instrumento substancial para o desenvolvimento da gestão. As instituições responsáveis por essas atividades foram: sistema S (50%); ONG's (15%); prefeituras (15%); Governo Estadual (15%); Governo Federal (5%); Universidades (5%) e movimento

sindical (5%). Ao fazermos a distinção dessa variável por tipo de organização coletiva, o Gráfico 3 desvela que o resultado muda completamente e mostra como todas as cooperativas baianas de artesanato conseguem ter acesso a apoios de entidades de assessoria.

Gráfico 3 – Acesso à assessoria, assistência ou capacitação



Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor

Considera-se que esses apoios são fundamentais para os EESA objetivando o desenvolvimento e qualificação dessas organizações coletivas. Apesar disso, o insatisfatório resultado financeiro da atividade de artesanato no estado da Bahia, mostra que o caminho é longo e que as assessorias ainda precisam transpor obstáculos ligados principalmente ao nível de escolaridade, de qualificação e à questão cultural, no qual os sócios do empreendimento ficam presos à relação empregado x empregador, herança do sistema capitalista. Para atingir essa melhoria nas dimensões econômica e social, Holzmann (2012) defende a autonomia e o protagonismo por intermédio de novas experiências de aprendizado do trabalho em relação ao capital. O alcance dessa autonomia requer novas metodologias de trabalho e técnicos preparados para atuar em realidades tão heterogêneas.

Além desses acompanhamentos, desvelamos que 38,9% das organizações coletivas afirmaram que, nos últimos anos foram ofertadas formação ou campanhas de sensibilização para os sócios. Dentre as formações mais citadas estão: economia solidária/autogestão/cooperativismo (42,9%); questões ambientais (42,9%); organização do trabalho, saúde e segurança do trabalho (28,6%); motivação e

dimensão subjetiva (21,4%); formação técnica ou profissional (21,4%) e gestão, contabilidade e questões jurídicas (14,3%). Apesar de ter apresentado o maior percentual em relação aos demais, os números mostram que o quinto princípio que trata da educação cooperativista não está sendo respeitado pela maioria dos empreendimentos. Para Souza, Silva e Souza (2016) esse princípio tem o “intuito de promover uma ação transformadora no comportamento do associado, cujo foco é a promoção do desenvolvimento e emancipação do ser humano quanto um ser social, solidário e participativo”. Schneider (2003) completa que a metodologia da educação cooperativista difere completamente da educação tradicional a qual apresenta um caráter rígido. Por outro lado, os dados também mostram que a autogestão no sentido de capacitação dos associados para gerir as diversas áreas do empreendimento apresenta baixa participação nas organizações coletivas.

Quando o assunto são as instâncias de direção ou coordenação, verificamos que 86,1% dos empreendimentos realizam assembleias ou reuniões coletivas de sócios; 66,7% possuem coordenação/diretoria/conselho diretor; 55,6% conselho fiscal; 30,6% grupos de trabalho; 27,8% conselho administrativo ou similar; 5,6% conselho consultivo ou similar e 2,8% comissão ou conselho de ética. Complementando esses dados, observamos que a realização de assembleias e/ou reuniões acontece, em sua maioria, de forma mensal (66,7%). Diante desse contexto, a autogestão no âmbito da participação está sendo respeitada. Destarte, Novaes (2013) apoia uma autogestão articulada dos produtores no processo de tomada de decisão.

Para completar a caracterização geral, a implicação da variável que questiona qual a maior motivação para criação do empreendimento, mostra quais as reais intenções de seus associados. Dentre os elementos mais citados, respectivamente, estão a alternativa ao desemprego (75%); maiores ganhos (58,3%); fonte complementar de renda (52,8%); atividade onde todos são donos (41,7%) e desenvolvimento comunitário (25%).

Os dados citados são relevantes e corroboram com as falas dos autores Campos (2005), Fernandes (2008), Fonseca et al (2012), Culti (2014), Santos et al (2015) e Ramirez e Caetano (2014) que defendem que a formação de um empreendimento do ramo artesanal surge por diversos motivos, e os principais são: meio de sobrevivência e alternativa por falta de emprego

formal, complementação de renda devido as constantes crises e incerteza do trabalho e forma de fugir da submissão de padrões por meio da liberdade em fazer seus próprios horários. Com base nesses motivos que surgem os EESA com o objetivo de lutarem por propósitos em comum e melhoria de vida, seguindo o sistema de produção coletivo e manual.

5.1.2 Estratégias de produção ou produção e comercialização dos empreendimentos baianos

Como forma de acompanhar as tendências do mercado, os empreendimentos têm como objetivo fortalecer as atividades coletivas para que consigam agregar valor aos seus produtos e serviços de forma democrática, justa e solidária. Nesse contexto, estudamos as estratégias utilizadas por esses grupos com o intuito de compreender tal feito. Desta forma, quando se refere ao destino dos produtos produzidos, 97,2% de empreendimentos realizam venda dos seus produtos artesanais, contra 16,7% que produzem para autoconsumo e apenas 5,6% realizam a troca. Portanto, a comercialização é o foco dos EESA.

Desse total de EESA que vendem seus produtos, 94,3% informaram que realizam venda direta ao consumidor; 20% vendem para revendedores/atacadistas; 8,6% para outros EES; 5,7% para órgãos governamentais e 2,9% para empresas privadas de produção. Esses números mostram a ausência de estratégias para atuar em nichos de mercados, o que ampliaria o público alvo dos empreendimentos, conforme observados na Tabela 3 e na fala de Sepulcri e Trento (2015) que discutem que é preciso conhecer e diferenciar os produtos a serem comercializados.

Tabela 3. Para quem é direcionada a comercialização dos produtos?

	%
Direta ao consumidor	94,3%
Revendedor/Atacadista	20%
Outros empreendimentos de economia solidária	8,6%
Órgão Governamental	5,7%
Empresa privada de produção	3%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Quando o assunto se trata do espaço de comercialização dos produtos artesanais, identificamos que 57,1% entregam diretamente ao cliente; 42,9% vendem nas feiras livres; 37,1% nas feiras e exposições eventuais; 28,6% nas feiras de economia solidária; 25,7% nas lojas ou espaço próprio

e 2,9% nos espaços coletivos, conforme verificado nos dados da Tabela 4. Como às respostas foram de múltipla escolha, essas respostas manifestam as variadas formas que os artesões buscam para agregar valor aos seus produtos. Todavia, de acordo com as características do artesanato, consideramos que a comercialização nas feiras de economia solidária ainda é muito tímida e supomos que essa estratégia ainda não é vista como uma oportunidade de fortalecimento para os EESA.

Tabela 4 – Espaços de comercialização

	%
Entrega direta a clientes	57,1%
Feiras livres	42,9%
Feiras e exposições eventuais/especiais	37,1%
Feiras de economia solidária	28,6%
Lojas ou espaço próprio	25,7%
Espaço de venda coletiva	2,9%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Dado o exposto, resolvemos analisar as variáveis sobre o raio de atuação das vendas e/ou trocas dos artefatos e percebemos que existe uma fragilidade. A maior parcela de atuação dos EESA ocorre no mercado local (85,7%) em menor intensidade em outras localidades, como: âmbito municipal (42,9%), territorial (20%), estadual (14,3%), nacional (5,7%) e internacional (5,7%). Diante desses números, também se observou que 82,9% de EESA encontram dificuldade para comercializar seus produtos e o principal motivo informado para esse cenário é a falta de capital de giro (58,6%). Supõe-se que, para atingir um nível de gestão organizada e apta a captar recursos financeiros para se desenvolverem, a organização coletiva é fator condicionante para fortalecimento do grupo. Como a maioria dos empreendimentos baianos de artesanato são associações e como tal não praticam atividade econômica, estas ficam impossibilitadas de acessar crédito em instituições financeiras.

Ao correlacionarmos com a Tabela 4, percebe-se que a participação em espaços de venda coletiva ainda é muito tímida considerando a sua finalidade, o que reforça mais uma vez a dificuldade de trabalhar em grupo, um dos princípios da economia solidária.

Quando falamos de acesso ao crédito, 91,7% declaram que necessitam de crédito ou financiamento. Destes, 75,8% para aplicá-los em investimentos e 60,6% em custeio ou capital de giro. Entretanto, apesar

dessa necessidade, constatamos que 80,6% de EESA não buscaram qualquer tipo de crédito ou financiamento, explicado pelo fato de 62,1% destes terem medo ou receio de contrair dívida. Entende-se que esse resultado pode estar relacionado ao fato de não terem condições suficientes para arcar com tal despesa, pois 34,5% declaram que não possuem quantidade suficiente de clientes.

Ainda escrutinando as variáveis relacionadas ao acesso ao crédito ou financiamento, percebeu-se que 69,7% dos EESA afirmam que existe dificuldade para obtenção. Assim 65,2% acusam a burocracia dos agentes financeiros e 30,4% a falta de apoio para elaboração de projetos. Outros fatores também foram citados, no entanto, serão explicitados na Tabela 5 para melhor análise. Supomos que essas situações podem estar ligadas a precária assistência técnica e políticas públicas e por conta disso, os movimentos sociais discutem nas Conferências Nacionais de Economia Solidária novas formas de desburocratizar e divulgar as linhas de crédito que já existem, portanto, partes das exigências são consideradas impraticáveis para os EESA.

Uma questão que merece destaque está relacionada à procedência dos equipamentos. Dados demonstram que 80,6% são próprios contra 22,2% que utilizam máquinas cedidas ou emprestadas por terceiros, o que mostra indícios de uma estrutura mínima para desenvolver sua atividade econômica. Isto acontece pela dificuldade de acesso ao crédito.

Tabela 5 – Dificuldades de acesso ao crédito

	%
Burocracia dos agentes financeiros	65,2%
Falta de apoio para elaboração de projetos	30,4%
Falta de linha de crédito	26,1%
Falta de aval ou garantia	26,1%
Falta de documentação exigida	21,7%
Taxa de juros elevados	17,4%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Ressaltamos que, para os EESA conseguirem amenizar os entraves da comercialização, se faz necessário pensar em estratégias, “[...] seja em termos de processos internos de produção, seja em termos de relações externas de parceria com outras organizações [...]” (IPEA, 2016, p.27). Assim, o mapeamento trouxe como resposta que 52,8% praticam menores preços ou custos mais baixos que o mercado; 38,9% dão garantia de origem social; 33,3% aplicam processos de controle

de qualidade e 19,4% manifestam preocupação ambiental na produção, conforme Tabela 6. Para Batalha, Buainain e Souza Filho (2009) as organizações coletivas agregam valor a seus produtos, por meio da comercialização que destaque seu caráter social e a territorialidade do local.

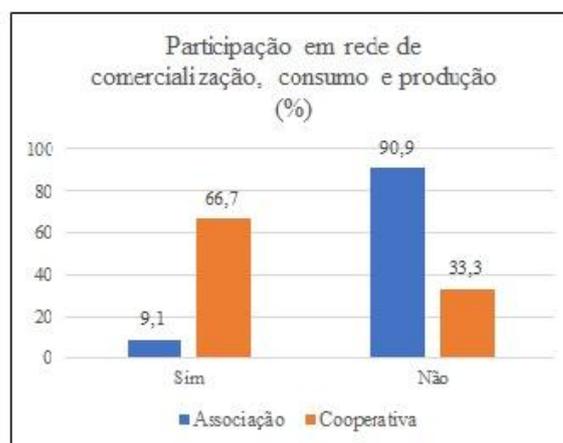
Tabela 6 – Estratégia de qualificação dos produtos

	%
Menores preços ou custos mais baixos	52,8%
Garantia de origem social	38,9%
Processos de controle de qualidade	33,3%
Preocupação ambiental	19,4%
Informações sobre a composição	2,8%
Produtos orgânicos	2,8%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Outra estratégia de mercado refere-se à participação em redes de produção, comercialização ou consumo e de modo geral, 86,1% afirmaram que não participam de qualquer tipo de redes, contra 13,9% que participam de alguma rede. Ao cruzarmos os dados com o tipo de organização coletiva, a realidade persiste apenas para as associações, pois as cooperativas por serem mais estruturadas conseguem com mais facilidade se articular em rede, conforme dados do Gráfico 3.

Gráfico 4 – Participação em rede de comercialização, consumo e produção



Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Essa ínfima participação de associações em rede (9,1%) explicita o déficit que existe nesses EESA, haja vista que as redes podem ser consideradas táticas para minimizar os entraves encontrados na comercialização e na construção de novas relações de mercado. No

âmbito dos empreendimentos cooperativos a situação é mais favorável, fato que mostra um certo nível de organização dos sócios dessas organizações. Na visão de Oriente (2010) a organização em redes fortalece as atividades produtivas dos EES, conseguem identificar as estratégias que precisam ser implementadas objetivando promover melhorias na produção e comercialização. Para Rêgo (2017) essas melhorias referem-se especificamente ao escoamento da produção e uma maior coordenação da cadeia produtiva que promove a aproximação entre produção e consumo.

Em virtude de uma minoria das organizações coletivas fazerem parte de redes, investigamos a variável que explicita a procedência da matéria-prima. Observou-se que os próprios empreendimentos não valorizam os produtos oriundos de outros EES, 72,2% desses adquirem matéria prima de empresas privadas, 47,2% compram dos próprios associados, 13,9% de produtores não-sócios e 2,8% os adquirem de órgãos públicos, instituições filantrópicas e outros EES.

Sobre a relevância da renda proveniente da comercialização dos produtos artesanais, constatamos que 72,2% dos EESA conseguem remunerar seus sócios. Após essa análise, percebemos que 53,8% responderam que essa renda obtida é uma complementação de outras atividades, enquanto 38,5% como a principal renda. Essa decorrência corrobora com Ramirez e Caetano (2014) quando justificam que a atividade artesanal tem um grande valor para as populações de municípios localizados no interior do Brasil, porque surgiu como forma de fugir da escassez de emprego ou da baixa remuneração. Portanto, passou a ser visto como estratégia de complementação de renda ou como estratégia de sobrevivência. Além desses percentuais, 7,7% responderam que a renda complementa os recursos oriundos de doações ou programas sociais. Supõe-se que esse último seja o Programa Bolsa Família e com base nisso, constatamos que na Bahia 63,9% recebem esse benefício, o que mostra a fragilidade dos membros que compõem os empreendimentos de artesanato do referido estado.

Seguindo esses fatos, consideramos como um ponto relevante cruzarmos a renda (principal ou complemento) com a forma de organização e obtivemos os seguintes números:

a) 56,5% das associações responderam que a renda serve como complemento de outras atividades; 34,8% é a fonte principal e 8,7% é complemento de outros recursos ou programas;

b) 66,7% das cooperativas informaram que a renda é fonte principal contra 33,3% que é complementação de outras atividades.

A formação de uma cooperativa se dá por meio da atividade econômica dos seus membros, ou seja, todos precisam exercer a mesma atividade e podem fazer parte tanto pessoas físicas quanto jurídicas. O que difere na formação da associação é a constituição de pessoas físicas que possuem objetivos em comum, mas podem ter finalidades diferentes e pessoas jurídicas podem se filiar após a constituição. “Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos” (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p.07). Desse modo, a associação possui finalidade social, enquanto a cooperativa possui finalidade econômica. Os números confirmam que nas cooperativas é provável que a renda proveniente da comercialização seja a fonte principal para maioria dos EESA. Fato contrário ocorre com a associação que por ter objetivo e finalidade jurídica distinta, não podem comercializar e possuem mais dificuldade no acesso ao crédito

Outro aspecto importante para analisarmos é compreender em que medida os EESA oferecem algum benefício, garantia ou direitos aos seus associados. O que se observa é uma deficiência nesse quesito, pois 94,4% não utilizam nenhum destes e apenas 5,6% contribuem com a previdência social. Essa informação faz com que percebamos as precárias condições de trabalho que assolam esses empreendimentos associativos.

Em relação aos resultados econômicos da atividade de produção ou produção e comercialização, podemos observar um equilíbrio nos EESA. 44,4% pagam as despesas e ter uma sobra/excedente contra 41,7% que dizem pagar as despesas, mas não conseguem auferir sobras. Enquanto 11,1% não conseguem pagar as despesas e 2,8% não visam o resultado econômico coletivo. Esses dados confirmam que a maioria dos artesãos utilizam dessa atividade econômica como complementação de renda. Com base nos referidos dados, sugere-se que os associados revejam o estado de seus empreendimentos para que juntos possam desvelar a origem dos gargalos que impedem o alcance de resultados financeiros satisfatórios, bem como exigir políticas públicas de acesso a crédito direcionadas aos EES, conforme dados observados na Tabela 7.

Tabela 7 – Resultado financeiro da atividade econômica

Atividade econômica	Frequência	%
Pagar as despesas e ter sobre/excedente	16	44,4%
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobre	15	41,7%
Não deu para pagar as despesas	4	11,1%
Não se aplica	1	2,8%
Total	36	100%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor.

Ao fazermos uma distinção entre cooperativas e associações os dados do resultado financeiro mostraram que as cooperativas de artesanato em sua maioria, conseguiram pagar suas despesas e ter um excedente/sobra (66,7%). Essa situação demonstra indícios de um nível de organização coletiva e de práticas autogestionárias mais avançadas que as associações, de acordo dados do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Resultado financeiro



Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013). Criação do autor

Por fim, e não menos importantes foram analisados os principais desafios e conquistas dos EES do ramo de artesanato no estado da Bahia. Constatamos que as três maiores conquistas citadas foram: integração do grupo (63,9%); geração de renda ou maiores ganhos (52,8%) e conquista para comunidade local (38,9%). Ao mesmo tempo em que identificamos que os três maiores desafios foram: viabilizar economicamente o empreendimento (88,9%); gerar renda adequada aos sócios (83,3%) e manter a união do grupo (58,3%).

Por ora, pode-se notar que os EESA valorizam os trabalhos coletivos e evidencia a importância desse

comprometimento em alcançar objetivos em comum, como é o caso da geração de renda que aparece tanto como conquista quanto como desafio. Mas, supomos que apesar de ajudar os sócios a terem maiores ganhos, essa renda ainda não é suficiente para satisfazer as necessidades dos associados. Nesse contexto, 31% recebem entre 100,00 a 150,00 reais; 19% recebem 200,00 reais; 19% entre 10,00 a 61,53 reais; outros 19% entre 250,00 a 1.200,00 reais; 8% recebem 80,00 reais e 4% recebe 180,00 reais.

Ao fim destas análises, percebe-se que as associações são maior destaque entre as formas organizacionais no estado da Bahia e como a maior parte dos EESA enxergam o trabalho coletivo como fonte complementar de renda, supõe-se que a pouca participação em redes se dá devido a esse fato, corroborando com o resultado financeiro que demonstra que a maioria não consegue pagar suas despesas e ter alguma sobre/excedente.

6 Declaração de Direito Autoral

Declaramos que o presente artigo é original e não foi submetido à publicação em qualquer outro periódico nacional ou internacional, quer seja em parte ou na íntegra. Declaramos ainda, que após publicado pela Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, ele jamais será submetido a outro periódico. Também temos ciência que a submissão dos originais à Revista de Gestão e Organizações Cooperativas implica transferência dos direitos autorais da publicação digital e impressa e, a não observância desse compromisso, submeterá o infrator a sanções e penas previstas na Lei de Proteção de Direitos Autorais (nº9610, de 19/02/98).

7 Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

8 Conclusões

Sabe-se da expressividade do artesanato como fonte de geração de renda, principalmente nos estados considerados mais empobrecidos, como é o caso da Bahia. É uma atividade que garante o sustento de inúmeras famílias, isto porque surgiu como uma das

forma de fugir da escassez de emprego. Como atualmente o Nordeste é considerado grande atrativo turístico, o artesanato ganhou proporção por expressar a cultura das tradições, sejam elas relacionadas ao folclore, as regiões ou as religiões e assim, em alguma medida essa atividade contribui para o fortalecimento da economia brasileira. Nesse propósito, entendemos a importância da formalização dos grupos de artesanato como estratégia de agregação de valor à atividade, o que pode garantir conquistas para a comunidade e por consequência à obtenção de maiores ganhos.

Correlacionando com a discussão do texto, confirmamos que a categoria social do artesanato surgiu como consequência do capitalismo, pois muitas pessoas saíram de pequenos municípios em busca de emprego nas metrópoles, o que mostrou que a área de maior atuação do artesanato é a urbana. Ainda se constatou que é na área rural que prevalece o maior índice de pobreza, porque os dados mostram que a maioria dos integrantes EESA são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Por meio dos resultados alcançados, detectou-se que os EESA se organizam mais como associação do que como cooperativas - conscientemente ou não - e apenas este último tem como objetivo a atividade econômica, fato que mostra baixo nível de sustentabilidade financeira dessas organizações comprovada pelos resultados. Devido às dificuldades jurídicas, os empreendimentos possuem essa fragilidade, o que também pode ser um fator que emperra seu crescimento. Esse problema poderia ser solucionado com as assessorias jurídicas, técnica ou gerencial oferecida pelas entidades de apoio do Governo ou de outras instituições.

As barreiras detectadas no processo de comercialização das organizações coletivas da economia solidária na Bahia estão correlacionadas a fatores ligados à gestão do empreendimento e seu acesso ao crédito, esse último, relacionado às questões burocráticas. Apesar de todos os obstáculos apontados, os artesãos buscam ter preços competitivos e dar garantia de origem social aos seus produtos. Para promover uma mudança no cenário dos EESA, as estratégias deveriam ser planejadas com maior veemência, situação percebida por exemplo, pela precária a participação em espaço de venda coletiva e o raio de atuação encontra-se restrito ao mercado local. Assim, sugere-se que as entidades de apoio priorizem o trabalho coletivo como forma de fortalecer os grupos no envolvimento por meio de redes. Outro ponto que

poderia ser revisto refere-se à participação em rede de comercialização, à venda e entrega direta ao consumidor, constatada como uma resposta unânime, até pelas próprias características do artesanato. Essa forma de comercialização pode ser um indicativo de um vínculo entre cliente e consumidor, mas torna-se preocupante no que concerne ao baixo entrosamento entre EES.

E diante das dificuldades do mercado, os empreendimentos precisam planejar as formas e meios de produzir e comercializar de acordo com seu potencial, pois como não se organizam em redes, não possuem facilidade de acesso aos vários tipos de mercados e essa troca de experiências seria fator determinante para a viabilidade econômica do grupo, além de aumentar sua capacidade produtiva. Deste modo, precisam trabalhar mais essa questão da coletividade, isso seria uma condicionante para melhorar o fortalecimento dos grupos, organização da produção e comercialização e a questão da geração de renda.

Sugerimos novos estudos em EESA com pesquisa de campo para refutar e/ou ampliar as conclusões levantadas no presente artigo.

Referências

- BAPTISTA, F. M.; VALLE, R. S. T. **Formas de organização**: associação, fundação, cooperativa, empresa. Coleção como entender. São Paulo, Instituto Socioambiental, n.1, 2002, 100p. Disponível em: ><http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1204>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.
- BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Artesanato**. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>> Acesso em: 28 de maio de 2016.
- BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, Mário Otávio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles (orgs.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Edufscar, p.43-65, 2009
- BENINI, E. G et al. Cooperativismo e Autogestão: reflexões sobre a economia solidária. **Desafio: R. Econ. e Adm.** Campo Grande, MS, v. 10, n.21, p. 76-

88, maio/agosto de 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/252183172/Benini-Figueiredo-Benini-Melo-2009-Cooperativismo-e-Autogestao-r-2560-pdf>. Acesso em 22 de março de 2016.

BETANHO, C.; MELO, S. A. R.; FERNANDES, J. E. Marketing e Economia Solidária: limites e desafios na produção e comercialização de produtos da agricultura familiar. In: **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ – setembro de 2011, p. 01-17. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/MKT2891.pdf> Acesso em: 17 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOOP, 2008. 36p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cartilha_assoc_iativismo_atualizada%202012.pdf Acesso em: 13 de novembro de 2016.

BRASIL. **Governo Federal apoia desenvolvimento do artesanato**. Portal Brasil: 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/03/governo-federal-apoia-desenvolvimento-do-artesanato-brasileiro> Acesso em: 28 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei 10.406/2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em: 29 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei 5.764/1971**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm Acesso em: 29 de maio de 2016.

CAMPOS, M. **Identidades e Informalidades: um estudo com trabalhadores do setor informal de Florianópolis-SC**. Dissertação para a obtenção de grau de mestre em psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2005, 96p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102648> Acesso em: 25 de maio de 2016.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. **Associação**. Série empreendimentos coletivos. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/associacao-serie-empresendimentos-coletivos,3b0a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M. **Economia Solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os bichos, 2010, 120p. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Economia_Solidaria_no_Brasil.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2016.

CULTI, M. N. **Economia Solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários**. In: **VIII Congresso Português de Sociologia**. 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas. Universidade de Évora: 2014, 120p. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1312663/programa-geral-completo_9-abril Acesso em: 13 de agosto de 2016.

CUNHA, A. M. **O artesanato, suas estratégias de comercialização e constituição enquanto produto turístico da agricultura familiar em Pelotas, Pedras Altas e Jaguarão – RS: os casos do ladrilhã e das rendeiras**. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2012, 172p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72250>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CUNHA, T. B. da; VIEIRA, S. B. **Entre o Bordado e a Renda: Condições de Trabalho e Saúde das Labirinteadas de Juarez Távora/Paraíba**. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília: 2009, 29 (2), 258-275. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200005 Acesso em: 14 de abril de 2016.

DANTAS, L. C et al. **Produção artesanal, design participativo e economia solidária: a experiência do grupo mulheres da terra, Pilões-PB**. In: **XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento

Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão. Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009, 13p. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_095_646_12697.pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2016.

DIAS, G. da L. Um olhar jurídico-antropológico sobre os empreendimentos econômicos solidários não formalizados na Bahia: organizações “invisíveis”? **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, nº 16, março/2011, p. 120-135. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/9%20DA%20LUZ%20DIAS,%20G%20UFBA%20%20120-135.pdf>> Acesso em: 29 de maio de 2016.

FERREIRA, M.A.M;M.S. **Eficiência técnica e de escala em cooperativas e sociedades de capital na indústria de laticínios do Brasil**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 103p. Disponível em: <<http://www.jeanlouislaville.fr/pt-pt/economia-solidaria-uma-abordagem-internacional/>> Acesso em: 28 de dezembro de 2016.

FERNANDES, C. de A. **Artesanato NO e PARA o mercado: as redes de produção e comercialização dos artesanatos das feiras hippie e do cerrado de Goiânia-GO**. Dissertação para obtenção de grau de mestre em geografia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, setembro, 2008, 123p. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16029>> Acesso em: 13 de agosto de 2016.

FONSECA, F. P. et al. Relações de gênero e a questão identitária: um estudo de caso em associações de artesanato e culinária. **Revista FSA**. V.9, n.2, art.1, ago-dez, 2012, p.01-26. Faculdade Santo Agostinho. Teresina. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/32>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Aprovação do projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária**

do Brasil, 05 de setembro de 2017. Disponível em: <http://fbes.org.br/2017/09/08/aprovacao-do-projeto-de-lei-4685-que-cria-o-sistema-nacional-de-economia-solidaria-do-brasil/>. Acesso em 25 de março de 2018.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007**. Disponível em: <http://www.easycoop.com.br/web/emanager/documentos/upload/_impresso3_cartilha_32pg_web.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003, p. 181-211. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2016.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.28, n.82, junho/2013, p.211-228. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10727637017>> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

GALLO, A. R. **Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica**. Tese para obtenção do título de Doutora em Engenharia da Produção. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos/SP, 2003, 270p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3314/TeseARG.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 de março de 2018.

GALLO, A. R. Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica. **ORG & DEMO**. V.5, n.2, 2004, p.149-166. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/409>> Acesso em: 13 de agosto de 2016.

GABRIEL, E. M. et. al. Trabalho associado - uma nova alternativa de renda: um estudo da autogestão na cooperativa de costura de jacinto machado. **IX**

Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. São Paulo/SP. Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/40/2012_40_4618.pdf>. Acesso em maio/2015.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos solidários, Autonomia ou tutela? In: LEITE, Márcia de Paula; GEORGES, Isabel. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo, p. 269-286, 2012

IBGE. **Brasil/Bahia - Panorama.** 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>> Acesso em: 01 de outubro de 2017.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil:** nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28818> Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

LAUNE, F. **Lei do artesão gera polêmica.** Diário da Manhã. Cotidiano. 2015. <<http://www.dm.com.br/cotidiano/2015/10/lei-do-artesao-gera-polemica.html>> Acesso em: 29 de maio de 2016.

LEITÃO, P. A. **Estudo de Viabilidade Econômica para implantação de uma loja de artesanato.** Trabalho de conclusão de curso de graduação para obtenção do grau de Bacharel em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005, 79p. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34715/000507190.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 de julho de 2016.

LIMA, R. **Artesanato:** Cinco pontos para discussão. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Palestra Artesanato Solidário/Central Artesol: 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato_Cinco_Pontos_para_Discussao.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2016.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. Revista de Pesquisas

e Debates em Ciências Sociais. **Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011, p. 29-40. Disponível em: <<http://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fchf/article/view/15646/0>> Acesso em: 13 de Abril de 2016.

MEDEIROS, V. C. F. de A. **Turismo e Economia Solidária:** uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo. Natal/RN: Setembro/2011, 122p. Disponível: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/18491/1/VivianeCFAM DISSERT.pdf>> Acesso em: 13 de agosto de 2016.

MELO, W. P. de. **Associação e cooperativa de produtores rurais.** Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/semana_fazendeiro/cartilhas/SF_28_2.pdf> Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Org. CFESS/ABEPSS, UNB, 2009, p. 1-19. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/livro-completo-cfess-servico-social-direitos-sociais-e-competencias.html>> Acesso em: 09 de outubro de 2016.

MUÑOZ, E. **Associativismo e Cooperativismo:** uma estratégia de organização empreendedora e solidária. Cartilha de formação. Instituto Federal Santa Catarina: Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://conevej.r.ufsc.br/files/2014/11/Oficina-8-Cartilha-Associativismo-e-Cooperativismo-Estevan.pdf>> Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. **Outros Valores.** Cadernos da Editora Cidade do Futuro, Florianópolis, v.01, n 2, 2000. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/autogestao_es.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2015.

NOVAES, Henrique T. Qual autogestão? In SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T(org.) **A economia solidária e a transformação social:** rumo a

uma sociedade para além do capital? Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 29-54, 2013.

ORIENTE, A. C. N. **Análise dos aspectos econômicos de empreendimentos solidários de artesanato na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2010, 119p. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/AndersonCarlosNogueiraOriente.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

ORIENTE, A. C. N. Impactos Sociais dos projetos e políticas públicas de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro. **I Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária**, 2017. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/processos/87030a5754fc4a148bb5.pdf>> Acesso em: 30 de outubro de 2016.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. In: Ipea **Mercado de Trabalho**, agosto de 2004. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2017.

RAMIREZ, M. B.; CAETANO, E. O trabalho informal: Associação Matogrossense dos Artesãos In: **Humanidades em contexto. Saberes e interpretações**. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2014, p.978. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/6e871d61742d81e27dcd546ea753042b.pdf>> Acesso em: 18 de abril de 2016.

RÊGO, D.F de. As dificuldades de comercialização da economia solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.2.1, 2017, p.4-28. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/download/27547/1938 Acesso em 25 de março de 2018.

SANTOS, L. G. dos et. al. Economia Solidária e Comercialização – Desafios e Possibilidades do

Ramo do Artesanato. In: **V Colóquio Internacional**. A universidade e modos de produção do conhecimento – Para que desenvolvimentos? Montes Claros-MG, setembro de 2015, p.659-675. Disponível em: <<http://www.coloquiointernacional.com/anais2015/gt04E/ECONOMIA%20SOLIDARIA%20E%20COMERCIALIZACAO.pdf>> Acesso em: 13 de agosto de 2016.

SANTOS, T. de S. **Desenvolvimento local e artesanato: uma análise de dois municípios de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras. Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, Marketing e inovação. Lavra/MG: 2012, 128p. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/306/1/DISSERTACAO%20Desenvolvimento%20local%20e%20artesanato%20%20uma%20an%C3%A1lise%20de%20dois%20munic%C3%ADpios%20de%20Minas%20Gerais.pdf>> Acesso em: 13 de abril de 2016.

SCHMIDT, Carlos. A economia solidária: uma panacéia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo. In: SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T. **Economia Solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2ª edição. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SIES. Sistema de Informações em Economia Solidária – Atlas Digital da Economia Solidária. **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. **SENAES**: 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

SILVA, D. de O. Um estudo na região Nordeste acerca das práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários baseados nos dados do segundo mapeamento. In: **I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária – CONPES** “Desafios globais do trabalho com mediação solidária”. São Carlos/SP, junho – 2015. Disponível em:

< http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt8/sessao-2/silva_daciane.pdf > Acesso em: 25 de maio de 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 138p.

SINGER, P. Senaes: uma experiência brasileira de política de economia solidária . In FRANÇA FILHO, G. Et al.(Org). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Poto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p.201-206.

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. Mercado de Trabalho. IPEA: fev./2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/merc_adotetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

SORIANO, R.R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

SOUZA, T. **Uma estratégia de marketing para o artesanato do Rio Grande do Norte: o programa integrado de desenvolvimento do artesanato sob forma cooperativista**. Tese de pós-graduação da FGV: 1991, 322p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4537>> Acesso em: 15 de abril de 2016.

SOUZA, Everton Vinicuis Santos; SILVA, Daciane de Oliveira; SOUZA, Edyraka. Educação cooperativista: mecanismo para fortalecimento do cooperativismo na Coopavaje. **Anais da 2ª Semana de Atualização em Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas: sustentabilidade e inovação**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), maio de 2017.

TAUILE, J.R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981- 2005**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009. (Coleção Economia e Sociedade, v. 8).

UNISOL. **Artesanato tem conquista histórica no Brasil**. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Brasil: 2015.

Disponível em:

<<http://www.unisolbrasil.org.br/artesanato-tem->

[conquista-historica-no-brasil/](#)> Acesso em: 11 de março de 2017.

VAINSENER, S. A. **Artesanato do Nordeste do Brasil**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife/2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=326> Acesso em: 13 de novembro de 2016.

